

## **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE: O ESTADO E O TERCEIRO SETOR**

*Marcos Vinicius Soler Baldasi<sup>1</sup>, Dirceu Pereira Siqueira<sup>2</sup>*

<sup>1</sup>Acadêmico do Curso de Direito, Universidade Cesumar – UNICESUMAR, Campus Maringá/PR.

Bolsista PIBIC/ICETI-UniCesumar. marcosbaldasi@gmail.com

<sup>2</sup> Orientador, Coordenador e Professor Permanente do Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências Jurídicas, UNICESUMAR.

Pesquisador e Bolsista Produtividade em Pesquisa do Instituto Cesumar de Ciência, Tecnologia e Inovação - ICETI.

dirceu.siqueira@unicesumar.edu.br

### **RESUMO**

O objetivo desta pesquisa consiste em observar e analisar os impactos das políticas públicas desenvolvidas especificamente para jovens nos últimos vinte anos no Brasil, assim como, a atuação do Estado e do Terceiro Setor. Para tanto, esta pesquisa configura-se como qualitativa e aplicada, onde será utilizado do referencial bibliográfico para compreender a relação entre Estado e Terceiro Setor no desenvolvimento de políticas públicas para a juventude, além disso, por meio de entrevistas via videoconferência serão entrevistados jovens que estão sendo ou já foram beneficiados por estes mecanismos sociais. Desta forma, espera-se com a investigação comprovar a eficácia da união Estado e Terceiro Setor na construção de políticas públicas, enfatizando os resultados harmônicos entre estes dois personagens e seus resultados nos últimos anos. O Terceiro Setor, por meio das organizações não governamentais além de auxiliar o Estado em muitas políticas, vem construindo seus próprios mecanismos que buscam amenizar mazelas sociais. Assim, em diversas áreas os agentes não governamentais realizam ações que em tese deveriam ser concretizadas por ações governamentais. Todavia, será adotado o método de abordagem hipotético-dedutivo fazendo uso de base de dados, artigos, livros e estudos de caso, por meio de levantamento de dados e entrevistas. Sobretudo, como resultado pretende-se observar a importância do Terceiro Setor auxiliar o Estado no desenvolvimento de políticas públicas. Assim como, os direitos sociais e fundamentais que são efetivados através de mecanismos que visam gerar equidade social.

**PALAVRAS-CHAVE:** direitos da personalidade; direitos sociais; juventude; políticas públicas.

## **1 INTRODUÇÃO**

A construção de uma sociedade cada vez mais justa, solidária, sustentável e democrática depende do desenvolvimento de mecanismos capazes de formar cidadãos cada vez mais conscientes com seu espaço de participação social. O desenvolvimento destes mecanismos depende da elaboração de políticas públicas eficientes o suficiente para causar impacto na formação de lideranças. Logo, com a formação destes novos líderes será possível alcançar objetivos que até o momento são apenas planejamentos, muitas vezes vistos como mera utopia, haja vista o atual contexto social.

A Constituição Federal em seu Artigo 227 apresenta que é dever da família, sociedade e do Estado assegurar ao jovem seus Direitos Fundamentais e Sociais. O parágrafo primeiro do mesmo artigo estabelece, “O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais”, ou seja, a própria Carta Magna define as entidades não governamentais como agentes importantíssimos no desenvolvimento de políticas públicas. Tal disposição constitucional garante uma participação que é extremamente valiosa para que as políticas sociais realmente sejam efetivadas.

Desta maneira, atualmente, um personagem imprescindível no desenvolvimento de políticas sociais é o terceiro setor. Este vem atuando como uma espécie de braço do Estado, realizando atividades que em tese seriam de responsabilidade estatal, porém por ineficácia governamental não são realizadas ou precisam de auxílio. Neste sentido, as organizações não governamentais além de prestar apoio aos serviços governamentais, também atuam como precursoras de diversas políticas. Esses modelos de organizações

são excepcionais no combate a diversas mazelas sociais, principalmente no que tange a desigualdade social.

Assim sendo, esta pesquisa buscou compreender a imprescindibilidade da existência e atuação das organizações da sociedade civil no desenvolvimento de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para a população jovem. Para isto foram utilizados das bases de dados, livros e artigos relacionado ao tema. E, ainda, políticas públicas governamentais realizadas em parceria com o terceiro setor, visando compreender como estes mecanismos foram capazes de auxiliar no desenvolvimento pessoal, educacional e profissional destes indivíduos.

## **2 METODOLOGIA**

Adotar-se-á o método de abordagem hipotético-dedutivo e os métodos procedimentais históricos, por breve análise da evolução das políticas públicas destinadas à juventude, observando dados estatísticos já levantados e a legislação correlata, além de levantamento de jurisprudência e doutrina acerca da matéria.

Para tanto, utilizar-se-á das bases de dados, livros, artigos relacionados ao tema, material disponibilizado em sítios eletrônicos de estatísticas e de notícias. Bem como a realização de entrevistas com jovens beneficiados por políticas públicas dirigidas à população jovem.

## **3 DESENVOLVIMENTO**

Esta pesquisa buscou responder a seguinte interrogação: qual a importância do terceiro setor auxiliar o Estado no desenvolvimento de políticas públicas para a juventude? Para responder tal questão utilizou-se como base as políticas desenvolvidas nos últimos anos pelo Estado e aquelas desenvolvidas por organizações não governamentais. Assim como, as políticas desenvolvidas por ambos, onde um auxilia o outro. Desta forma, foi possível constatar a importância do terceiro setor ao amparar o Estado em ações que em tese seriam atribuições específicas de ações estatais.

Para tanto, foi necessário um amplo estudo acerca do terceiro setor, no que se refere às iniciativas privadas de utilidade pública oriundas da sociedade civil. Sobretudo, comprovando a importância da união harmônica entre Estado e organizações não governamentais. E como, esta união nos últimos anos foi capaz de produzir políticas públicas sólidas e capazes de ocasionar no desenvolvimento de líderes cada vez mais preocupados com a sustentabilidade, preservação do Estado Democrático de Direito e educação. Além disso, demonstrando que políticas desenvolvidas somente pelo terceiro setor são capazes de auxiliar jovens e as pessoas ao seu redor.

O objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar as políticas públicas desenvolvidas para a juventude ao longo dos anos dois mil. E, como a legislação brasileira apresenta as competências do agente desenvolvedor destes mecanismos sociais. Assim como, analisar a atuação do terceiro setor no respaldo às políticas do Estado e também, na construção de políticas públicas por meio de organizações não governamentais. Para isso, foram utilizados exemplos de parcerias que tiveram impacto social correlacionando com os dados obtidos a partir das bases bibliográficas que versem sobre direitos da personalidade, direitos sociais e políticas públicas, com a finalidade de mensurar a importância do terceiro setor para o desenvolvimento social de jovens.

## **4 CONCLUSÃO**

Com o desenvolvimento desta pesquisa comprovou-se como as políticas públicas específicas para juventude são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa,

solidária, sustentável e democrática. Haja vista o surgimento de perfis de cidadãos cada vez mais engajados, estes que foram beneficiados quando jovens. Para tanto, constatou-se a imprescindibilidade da aliança entre Estado e terceiro setor, para que o segundo possa atuar no auxílio das políticas desenvolvidas pelo primeiro. Assim como, a necessidade do terceiro setor agir como agente de construção de políticas para jovens buscando o bem comum.

Por meio da pesquisa bibliográfica em livros e artigos demonstrou-se as funções do terceiro setor perante a efetivação de direitos sociais e direitos da personalidade. Utilizando do mapeamento das políticas sociais desenvolvidas nos últimos vinte anos no Brasil. Logo, constatou-se que estas foram essenciais para o desenvolvimento acadêmico, profissional e pessoal de diversos jovens. Por fim, enfatizou-se o trabalho das organizações não governamentais na amenização de mazelas sociais e como agente que gera valores sociais perante a população como um todo.

## REFERÊNCIAS

ALDRIDGE, Jo. Where are we now? Twenty-five years of research, policy and practice on young carers. **Critical Social Policy**, v. 38, n. 1, p. 155-165, 2018.

AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. **Juventude e políticas sociais no Brasil**, p. 25-39, 2009.

BARCELLOS, Sérgio Botton. A formulação das políticas públicas para a juventude rural no Brasil e os elementos constitutivos desse processo social. **Mundo agrário**, v. 16, n. 32, 2015.

CHAPMAN, Tony et al. How to work effectively with the Third Sector: a discussion paper for public sector organisations. 2018.

CASTRO, Jorge Abrahão de; AQUINO, Luseni Maria C. de; ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2009.

COLLIN, Philippa et al. Creating benefit for all: young people, engagement and public policy. 2016.

DA SILVA, Paula Fernanda Bispo. JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO NO BRASIL: BREVES APONTAMENTOS. In: **Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais** 2019. 2019.

DE CARVALHO, Adriane Maria Arantes et al. Inovação social em políticas públicas: a juventude em foco. **Informação & Informação**, v. 17, n. 2, p. 1-36, 2012.

DE TOMMASI, Livia. Um olhar sobre as experiências de políticas públicas de juventude na América Latina. 2004.

GOMES, Lucilene Felipe. Políticas **Públicas para a juventude: a participação do jovem em sua construção**. 2012. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

HARRIS, Anita. Young people, politics and citizenship. **Routledge Handbook of Youth and Young Adulthood**, p. 295, 2016.

HOWLETT, Michael. **Designing public policies: Principles and instruments**. Routledge, 2019.

MACEDO E CASTRO, João Paulo. A construção de políticas públicas para a juventude: novas modalidades de gestão de segmentos sociais. **Revista de antropologia**, p. 657-701, 2012.

MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. Editora Saraiva, 2018.

MOURA, Bruno Custódio de et al. Políticas de trabalho e juventude: uma análise da experiência latino-americana, focada na comparação entre Brasil e México. 2019.

NITAHARA, Akemi. Estimativa da população do Brasil passa de 210 milhões, diz IBGE. **Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 28 de agosto de 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-08/estimativa-da-populacao-do-brasil-passa-de-210-milhoes-diz-ibge>

ROCHA, Heber Silveira. Políticas de Juventude: Formação do Campo de Políticas Públicas no Brasil (1990-2005). **Agenda Política**, v. 7, n. 1, p. 193-216, 2019.

RODRIGUES, Hila Bernadete Silva. **Políticas públicas para a juventude e gestão local no Brasil: agenda, desenho e implementação**. 2009. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte.

SALAMON, Lester M.; SOKOLOWSKI, S. Wojciech. Beyond nonprofits: Re-conceptualizing the third sector. **VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations**, v. 27, n. 4, p. 1515-1545, 2016.

SEVERO, Mirlene Fátima Simões. Estatuto da Juventude no Brasil: avanços e retrocessos (2004-2013). **Revista Juventude e Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, 2014.

SILVA, Carla Regina; LOPES, ROSELI ESQUERDO. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 17, n. 2, 2010.

SOUSA, Silva Alexandra Maria; XIMENES, Veronica Morais. Políticas públicas e juventude: análises sobre o protagonismo juvenil na perspectiva dos jovens pobres. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 14, n. 1, p. 1-15, 2019.

Spitzcovsky, Celso. **Direito administrativo esquematizado**. São Paulo. Saraiva Educação, 2019.